

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

MANAUS NO SÉCULO XXI: MODERNIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

Norma Maria Bentes de Sousa (IBGE - Unidade Estadual do Amazonas)

Manaus no Século XXI: Modernização, Urbanização e Desigualdade Social

Resumo

A Pesquisa “Exclusão Social em Manaus” objetivou conhecer a realidade social da capital do estado do Amazonas, as condições de vida e os principais problemas sociais enfrentados pela população da cidade, permitindo contextualizar o trabalho social da Arquidiocese de Manaus no novo milênio. A pesquisa de campo foi realizada no período de outubro a dezembro/04, junto aos órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais), e não-governamentais (ONGs, associações, pastorais sociais...), levantando dados secundários (estatísticos e bibliográficos), nos temas de Trabalho e Renda, Educação, Habitação e Urbanização. Neste artigo, serão enfocados especificamente os temas de Habitação e Urbanização. Manaus, veiculada na mídia por ser destaque em desenvolvimento econômico frente às demais capitais da Amazônia, tem nas condições de habitação e na ausência do acesso à água adequada dois dos principais elementos que influenciam os processos de exclusão social existentes na cidade. Neste aspecto, segundo dados do Censo 2000, apenas 48,87% possuem acesso à água em condições adequadas, e a média de habitantes por domicílio é de 4,26 acima da média brasileira é de 3,73 habitantes por domicílio.

1. Grandes Projetos na Amazônia e a Zona Franca de Manaus: a exploração capitalista subsidiada pelo Estado

O desenvolvimento da cidade de Manaus assemelha-se à história da Amazônia, pelas intervenções de caráter modernizador realizadas por diferentes agentes, pertencentes tanto ao poder estatal quanto ao capital nacional e internacional.

A partir de 1960, com o objetivo de integrar a Amazônia ao modelo econômico adotado pelo país, a região passou a ser alvo de uma série de ações estatais que incluem a abertura de rodovias, projetos de colonização e reforma agrária, exploração mineral, geração de energia, que visam garantir as condições necessárias aos grupos capitalistas que chegavam à região.

Os impactos dessas iniciativas no espaço amazônico, tanto rural quanto urbano, podem ser reconhecidos no crescente êxodo rural que a região experimentou a partir de então, já que são destruídos meios e modos de sobrevivência (caça, pesca...) do homem amazônico, forçando à fuga para a cidade que se apresenta atrativa e possibilitadora de melhoria das condições de vida para as camadas populares (Sousa, 1998).

Na Amazônia Ocidental (formada pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), a criação da Zona Franca de Manaus no final de 1960, tornou-se o principal expoente da ação do Estado na denominada “Operação Amazônia”, para retomar o desenvolvimento econômico dessa parte da região e ocupar a “terra sem homens”, segundo o discurso do governo militar que comandava o país.

O estado do Amazonas e, em particular, sua capital Manaus, são o berço privilegiado da estrutura administrativa e de iniciativas que possibilitaram a implantação do empreendimento Zona Franca de Manaus - ZFM, constituindo-se numa *colonização de interesses* (Oliveira, 1997), ou seja, não de quantidade, mas de uma população selecionada para apropriar-se das oportunidades geradas pelo Estado, através da oferta de incentivos fiscais e creditícios para os grupos capitalistas que vieram instalar-se na região.

A ZFM dinamizou-se, inicialmente, como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Posteriormente, iniciou-se a implantação do Pólo Industrial de Manaus - PIM, em 30 de setembro de 1968, que lançou as bases para a segunda fase da ZFM, que foi de 1976 a 1990, e caracterizou-se pelo predomínio das atividades industriais. Situando o início da industrialização na capital do Amazonas, Scherer (1989:54-55), tomando como referência Pinto, assim posiciona-se:

“... quando se inicia o processo de industrialização, em Manaus, o Brasil já havia passado por amplo processo de internacionalização de sua economia, em particular de sua produção industrial. Ao que parece, houve, na verdade, um processo de 'migração de fábricas' (...) para Manaus, estimulado, de um lado, pela abundância dos 'benefícios' fiscais, colocados à disposição do empresariado do Centro/Sul e estrangeiro e pelo poder público e, de outro, pela existência de mão de obra barata, desmobilizada politicamente e constituída, como tal, nesse processo.”

Nessa perspectiva, o capitalismo migrou para buscar ampliar suas chances de rentabilidade, apropriando-se das oportunidades geradas pelo Estado e pelos baixos salários que paga à força de trabalho. E, o Amazonas e sua capital Manaus, possuem as condições propiciadas pelo Estado para oportunizar aos grupos capitalistas nacionais e internacionais a garantia de lucros superiores aos obtidos nos seus locais de origem.

Cabe destacar que, as indústrias instaladas em Manaus através do empreendimento ZFM têm contribuído com a cidade principalmente na oferta de emprego que exige pouca qualificação técnica (no geral, as vagas criadas são para o trabalhador de *chão de fábrica* - operário), e com o pagamento de tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS. Neste último caso, considerando que as empresas que atuam no PIM recebem incentivos fiscais, a carga tributária sobre suas atividades econômicas é sensivelmente reduzida.

Além disso, devido a matriz das empresas do PIM localizarem-se predominantemente na região Centro-Sul do Brasil ou em outros países, os investimentos de maior porte são feitos fora de Manaus, o que evidencia que as riquezas produzidas na cidade beneficiam na verdade, as áreas já economicamente dominantes.

Esse breve contexto torna possível entender por quem o propalado progresso econômico, desencadeado pela implantação da ZFM, foi apropriado, estabelecendo profundos contrastes sociais que se refletem na cidade de Manaus, o principal centro urbano da Amazônia Ocidental.

2. Manaus: características gerais da cidade e da população

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, foi fundada na segunda metade do século XVII, no período colonial, mais precisamente em 1669 (Melo e Moura,1990). Possui uma área de 11.458,5Km², e reproduz em sua fisiografia aspectos do relevo amazônico, sendo entrecortada por igarapés e cursos de rio.

A partir de 1970, Manaus passou a destacar-se nacionalmente por seu intenso processo de urbanização, visível no acelerado crescimento populacional. Essa dinâmica da população possibilitou-lhe em 1980 concentrar grande parte da população do estado do Amazonas, sendo elevada na década de 1990, à posição de metrópole da Amazônia Ocidental¹.

No ano de 2000, Manaus passou a ter metade da população do Amazonas, assumindo uma posição peculiar na rede de cidades brasileiras, a de cidade-estado². Assim, em quarenta anos, a população da cidade teve um incremento populacional que é oito vezes superior à população que possuía em 1960 (Tabela 1).

Tabela 1. População residente no estado do Amazonas e município de Manaus/1960-2000

| LOCAL | ANOS | | | | | |
|----------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
| Amazonas | 714.774 | 955.203 | 1.430.528 | 2.103.243 | 2.389.279 | 2.812.557 |
| Manaus | 173.703 | 311.622 | 633.383 | 1.011.501 | 1.157.357 | 1.405.835 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos_Banco de Dados SIDRA, 2004.

O Relatório do PNUMA/MMA (2002) confirma essa constatação, de Manaus como “cidade-estado”, atribuindo isso à dinâmica populacional e à concentração das atividades econômicas na capital amazonense, conforme o trecho abaixo:

“Manaus pode ser considerada atualmente uma verdadeira cidade-estado, com uma grande concentração de atividade econômica e uma população de quase 1,5 milhão de habitantes, tomando como base os dados apurados pelo IBGE no Censo/2000. Este contingente representa 50% da população total do estado do Amazonas” (PNUMA / MMA , 2002: 21).

Essa posição alcançada por Manaus, reflete os impactos causados pelos grandes projetos governamentais que visam integrar a Amazônia à economia nacional. Em particular,

conforme já referido, Manaus vai refletir o processo de intervenção estatal via empreendimento denominado de ZFM, que se instalou na capital, estabelecendo-a como área de livre comércio e pólo industrial, dinamizando sua economia e transformando a cidade num dos principais pólos migratórios³ da região e do país.

É possível observar a dinâmica do fenômeno migratório pelos dados do Censo 2000, cujo pólo de atração, no início do século XXI, ainda é a capital do Amazonas, pois dos 144.991 migrantes radicados no estado, 78,37% residem na cidade de Manaus. E, os migrantes continuam vindo para Manaus, pois o período em que moram na cidade são relativamente curtos, com destaque para os que já estão aqui entre 3 a 5 anos (Tabela 2).

Tabela 2 – Pessoas não-naturais do estado do Amazonas, por tempo de residência (grupo de anos) no Amazonas e em Manaus – 2000.

| TEMPO ININTERRUPTO DE RESIDÊNCIA NA UF E MUNICÍPIO | TOTAL | % | MENOS DE 1 ANO | 1 A 2 ANOS | 3 A 5 ANOS | 6 A 9 ANOS |
|---|--------------|----------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Amazonas | 144 991 | 100 | 8 694 | 37 284 | 61 914 | 37 099 |
| Manaus | 113 641 | 78,37 | 6 498 | 28 152 | 49 196 | 29 795 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

Ao observar-se a naturalidade da população residente em Manaus, identifica-se que 248.185 pessoas, ou 17,65% do total da população, declararam ter como local de nascimento outras Unidades da Federação ou mesmo países estrangeiros (Tabela 3).

As unidades da Federação mais expressivas quanto à naturalidade dos migrantes residentes em Manaus são: Pará (8,08%) e Acre (1,14%), ambos na Região Norte, ao qual pertence a capital do Amazonas, e Ceará (2,10%) e Maranhão (1,64%), na Região Nordeste. Registrou-se também 0,28% de pessoas naturais de países estrangeiros⁴.

Tabela 3 – População residente em Manaus, segundo a naturalidade – 2000

| Naturalidade, UF de Nascimento | Pessoas | % | Naturalidade, UF de Nascimento | Pessoas | % |
|--------------------------------|----------------|-------------|--------------------------------|------------------|---------------|
| Rondônia | 5.778 | 0,41 | Minas Gerais | 3.255 | 0,23 |
| Acre | 16.084 | 1,14 | Espírito Santo | 762 | 0,05 |
| Roraima | 3.278 | 0,23 | Rio de Janeiro | 7.863 | 0,56 |
| Pará | 113.523 | 8,08 | São Paulo | 6.700 | 0,48 |
| Amapá | 1.078 | 0,08 | Paraná | 2.720 | 0,19 |
| Tocantins | 176 | 0,01 | Santa Catarina | 811 | 0,06 |
| Maranhão | 23.075 | 1,64 | Rio Grande do Sul | 2.558 | 0,18 |
| Piauí | 6.457 | 0,46 | Mato Grosso do Sul | 776 | 0,06 |
| Ceará | 29.528 | 2,10 | Mato Grosso | 1.447 | 0,10 |
| Rio Grande do Norte | 3.457 | 0,25 | Goiás | 2.368 | 0,17 |
| Paraíba | 2.650 | 0,19 | Distrito Federal | 928 | 0,07 |
| Pernambuco | 4.221 | 0,30 | Brasil, sem especificação | 1.469 | 0,10 |
| Alagoas | 544 | 0,04 | Natural de País estrangeiro | 3.982 | 0,28 |
| Sergipe | 310 | 0,02 | Sub-total Outras UFs / | | |
| Bahia | 2.387 | 0,17 | Estrangeiros | 248.185 | 17,65 |
| | | | Amazonas | 1.157.634 | 82,35 |
| Total | | | | 1.405.819 | 100,00 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000.

Um outro destaque importante, diz respeito à migração oriunda do interior do estado, que tem presença marcante na capital. Conforme evidenciam alguns estudos sobre urbanização, a grande cidade atrai, com suas luzes e o poder que possui de alimentar sonhos de melhoria de vida, e ainda e pelo próprio sentido de liberdade que simboliza: a cidade liberta. A própria origem da palavra cidade advém de *cidadania*, que significa na sua acepção mais básica a igualdade de direitos e de exercício da liberdade.

No caso de Manaus, contribui para a sua procura como local de moradia e trabalho, o fato de possuir melhores oportunidades frente aos demais municípios do Amazonas. A dificuldade de acesso a melhores níveis de escolaridade e de qualidade de vida para os moradores do interior e para seus filhos, por exemplo, é um dos elementos que inviabilizam sua permanência nos seus locais de origem. Além disso, existe a situação econômica nem sempre animadora quanto à oferta de trabalho e renda nos municípios do interior do estado. Não é demais lembrar que a concentração econômica e de serviços que Manaus possui, já referidos anteriormente, apresenta-se atrativa para os moradores do interior do Amazonas.

Um fato importante a ser destacado no âmbito desse fenômeno migratório, é a migração que ocorre ocasionalmente e por um curto período de tempo, pela busca de serviços como os de saúde. No geral, procedentes do interior do estado, a população pobre busca os alojamentos da Casa do Migrante, quando não possuem acomodação para ficar em Manaus⁵. O quadro abaixo demonstra essa dinâmica, e a importância de Manaus por possuir serviços

especializados que os demais municípios do estado não possuem, em que pese os limites existentes para a oferta desses serviços para a população residente na capital do Estado.

Quadro 1 - Migrantes Atendidos na Casa do Migrante Jacamim segundo o número de registros e procedência, no período de 2000 a 2004 - Manaus - AM

| Ano | Registros | Procedência | |
|--------------|-----------|--------------------|--------|
| | | Interior do Estado | Outros |
| 2000 | 767 | 325 | 442 |
| 2001 | 483 | 264 | 219 |
| 2002 | 424 | 356 | 68 |
| 2003 | 651 | 356 | 295 |
| 2004* | 495 | 292 | 203 |
| Total | 2.820 | 1.593 | 1.227 |

Fonte: Governo do Estado do Amazonas. SETRAB/Subgerência da Casa do Migrante Jacamim / Núcleo de Apoio ao Migrante, 2004.

*Até novembro/2004.

Nesse contexto de intenso incremento populacional, Manaus não se encontra preparada para atender as crescentes demandas por habitação, emprego, educação, saúde e demais serviços urbanos⁶, pois as riquezas produzidas na cidade não são distribuídas de forma a beneficiar a população de um modo geral, além da ausência de planejamento das ações dos governos, tanto local quanto nacional.

Os impactos desse processo atravessam décadas, imprimindo à Manaus do século XXI a combinação de pobreza e riqueza, inclusão e exclusão, velho e novo. Estes contrastes demonstram quão distantes estão as possibilidades de compatibilizar urbanização com melhoria de condições sócio-econômicas e culturais de vida, com uma vida urbana que permita o acesso à cidadania para todos os seus habitantes, o que denota, segundo Ana Clara Torres Ribeiro (1996), ausência de *urbanidade*, ou melhor,

“... do amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais no urbano compatível com o agudo grau de urbanização alcançado pelo país nas últimas décadas (Ribeiro, 1996: 80).

Na análise intra-urbana, a partir dos dados censitários do IBGE é possível afirmar que Manaus cresceu desordenadamente, ampliando as áreas de moradia e possuindo ritmo frenético na dinâmica populacional dos bairros, num crescimento sempre ascendente. Tal fato pode ser constatado pela comparação feita entre a população dos bairros da cidade no período

de 1996 e 2000 (Tabela 4). Os bairros que mais se destacam quanto ao crescimento populacional em 2000 são: Cidade Nova (13,76%), São José Operário (6,01%) e Jorge Teixeira (5,59%).

Cabe destacar que, oficialmente, Manaus possui cinquenta e seis bairros, mas atualmente estima-se que possua muito mais, pois novos bairros foram criados pela própria população, através das denominadas “invasões urbanas”. Neste aspecto do crescimento populacional, cabe enfatizar que apenas 10 dos 56 bairros existentes em Manaus, concentram 50,37% da população residente no município (Tabela 5), o que demonstra uma urbanização concentrada em algumas áreas da cidade.

Ainda analisando a concentração urbana de Manaus, ressalta-se que os cinco maiores bairros em termos de densidade populacional representam junto mais de 1/3 do total, ou, mais precisamente, 35,46% da população da cidade reside nos bairros da Cidade Nova, São José, Jorge Teixeira, Compensa e Alvorada. Tradicionais locais de moradia dos trabalhadores, esses bairros situam-se na Zona Norte, Zona Leste e Zona Oeste da cidade, áreas precárias em termos de infra-estrutura urbana e serviços.

Assim, os moradores dos bairros operários têm ampliado ainda mais os processos de segregação sócio espacial e exclusão que enfrentam no cotidiano. Além da luta pelo sustento da família, convivem com a falta de água, de escolas, de postos de saúde, de transporte coletivo, de acesso à habitação. São os pobres urbanos, dilacerados na sua condição de cidadão e da possibilidade de melhoria de suas condições de vida, que denotam a flagrante ausência do poder público nas áreas periféricas da cidade. Especificamente, as condições de moradia da população de Manaus serão abordadas a seguir.

Tabela 4 – População residente nos bairros, segundo os anos de 1996 e 2000 – Manaus - 2000

| Bairro | População residente | | % | |
|----------------------------|---------------------|------------------|--------------|--------------|
| | 1996 | 2000 | 1996 | 2000 |
| Total | 1.157.357 | 1.405.835 | 100 | 100 |
| Adrianópolis | 9.561 | 9.150 | 0,83 | 0,65 |
| Aleixo | 16.942 | 19.282 | 1,46 | 1,37 |
| Alvorada | 67.212 | 66.494 | 5,81 | 4,73 |
| Armando Mendes | 16.813 | 20.008 | 1,45 | 1,42 |
| Betânia | 11.189 | 10.859 | 0,97 | 0,77 |
| Cachoeirinha | 24.213 | 24.352 | 2,09 | 1,73 |
| Centro | 35.386 | 33.568 | 3,06 | 2,39 |
| Chapada | 8.527 | 7.882 | 0,74 | 0,56 |
| Cidade Nova | 116.510 | 193.490 | 10,07 | 13,76 |
| Colônia Antônio Aleixo | 10.333 | 12.475 | 0,89 | 0,89 |
| Colônia Oliveira Machado | 10.947 | 11.326 | 0,95 | 0,81 |
| Colônia Santo Antônio | 9.756 | 12.446 | 0,84 | 0,89 |
| Colônia Terra Nova | 17.607 | 27.146 | 1,52 | 1,93 |
| Compensa | 69.652 | 75.525 | 6,02 | 5,37 |
| Coroado | 41.387 | 45.109 | 3,58 | 3,21 |
| Crespo | 8.912 | 7.894 | 0,77 | 0,56 |
| Da Paz | 10.003 | 12.294 | 0,86 | 0,87 |
| Distrito Industrial I e II | 6.993 | 15.467 | 0,60 | 1,10 |
| Dom Pedro I | 14.892 | 15.863 | 1,29 | 1,13 |
| Educandos | 16.452 | 15.995 | 1,42 | 1,14 |
| Flores | 19.697 | 34.343 | 1,70 | 2,44 |
| Glória | 8.584 | 8.427 | 0,74 | 0,60 |
| Japiim | 47.468 | 52.376 | 4,10 | 3,73 |
| Jorge Teixeira | 46.377 | 78.631 | 4,01 | 5,59 |
| Lírio do Vale | 19.627 | 19.373 | 1,70 | 1,38 |
| Mauazinho | 12.866 | 15.028 | 1,11 | 1,07 |
| Monte das Oliveiras | 5.289 | 18.108 | 0,46 | 1,29 |
| Morro da Liberdade | 15.040 | 13.599 | 1,30 | 0,97 |
| Nossa Senhora Aparecida | 5.327 | 5.528 | 0,46 | 0,39 |
| Nossa Senhora das Graças | 12.352 | 13.491 | 1,07 | 0,96 |
| Nova Esperança | 14.967 | 17.747 | 1,29 | 1,26 |
| Novo Israel | 10.647 | 14.416 | 0,92 | 1,03 |
| Parque 10 de Novembro | 29.431 | 32.817 | 2,54 | 2,33 |
| Petrópolis | 40.882 | 41.958 | 3,53 | 2,98 |
| Planalto | 10.969 | 13.352 | 0,95 | 0,95 |
| Ponta Negra | 3.254 | 1.465 | 0,28 | 0,10 |
| Praça 14 de Janeiro | 12.997 | 11.982 | 1,12 | 0,85 |
| Presidente Vargas | 8.886 | 9.097 | 0,77 | 0,65 |
| Puraquequara | 663 | 3.137 | 0,06 | 0,22 |
| Raiz | 18.826 | 17.522 | 1,63 | 1,25 |
| Redenção | 31.509 | 33.019 | 2,72 | 2,35 |
| Santa Etelvina | 9.514 | 16.477 | 0,82 | 1,17 |
| Santa Luzia | 8.734 | 8.390 | 0,75 | 0,60 |
| Santo Agostinho | 10.018 | 13.116 | 0,87 | 0,93 |
| Santo Antônio | 19.949 | 19.301 | 1,72 | 1,37 |
| São Francisco | 14.798 | 15.833 | 1,28 | 1,13 |
| São Geraldo | 7.485 | 7.022 | 0,65 | 0,50 |
| São Jorge | 25.067 | 25.144 | 2,17 | 1,79 |
| São José Operário | 56.956 | 84.490 | 4,92 | 6,01 |
| São Lázaro | 9.818 | 10.702 | 0,85 | 0,76 |
| São Raimundo | 15.458 | 15.655 | 1,34 | 1,11 |
| Tancredo Neves | 24.016 | 35.772 | 2,08 | 2,54 |
| Tarumã | 2.312 | 7.291 | 0,20 | 0,52 |
| Vila Buriti | 2.046 | 1.892 | 0,18 | 0,13 |
| Vila da Prata | 10.885 | 11.031 | 0,94 | 0,78 |
| Zumbi dos Palmares | 32.584 | 30.336 | 2,82 | 2,16 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

Tabela 5 – 10 Bairros com maior número de habitantes – Manaus - 2000

| BAIRRO | POPULAÇÃO | % |
|-------------------|------------------|---------------|
| Cidade Nova | 193.490 | 13,76 |
| São José Operário | 84.490 | 6,01 |
| Jorge Teixeira | 78.631 | 5,59 |
| Compensa | 75.525 | 5,37 |
| Alvorada | 66.494 | 4,73 |
| Japiim | 52.376 | 3,73 |
| Coroado | 45.109 | 3,21 |
| Petrópolis | 41.958 | 2,98 |
| Tancredo Neves | 35.772 | 2,54 |
| Flores | 34.343 | 2,44 |
| Subtotal | 708.188 | 50,37 |
| Demais Bairros | 697.647 | 49,63 |
| TOTAL | 1.405.835 | 100,00 |

Fonte: Censo Demográfico, 2000.

3. Habitação e urbanização em Manaus: a ausência de políticas públicas

Conforme visto anteriormente, a partir de 1970, a cidade passou a receber grandes fluxos migratórios, pela atração que o PIM exerceu e ainda exerce sobre a população do interior do estado, de outros estados da federação, além daquelas oriundas de outros países.

Em meio às transformações que ocorreram na cidade, um fenômeno passa a ganhar maior visibilidade no município de Manaus: a ocupação densificada das áreas dos igarapés por famílias de baixo poder aquisitivo, tendo na migração um fator preponderante⁷ (PNUMA / MMA, 2002).

A partir da implantação e dinamização dos empreendimentos da ZFM, no final de 1960, esse fenômeno tornou-se mais acentuado, pois procurando fixarem-se no centro urbano, essas famílias buscaram satisfazer suas necessidades de moradia ocupando as áreas dos igarapés, uma vez que as áreas secas da cidade estavam em franca valorização, com preço acessível somente para as famílias de renda elevada.

A alternativa de morar nas áreas dos igarapés apresenta-se como vantajosa para as camadas populares, em especial por sua estratégica localização, pois parte dos canais estão próximos ao centro de Manaus, como o Igarapé dos Educandos, o Igarapé de São Raimundo, o Igarapé de Manaus, área mais bem provida de serviços e equipamentos urbanos.

Contudo, as condições de moradia existentes nessas áreas estão muito abaixo dos parâmetros mínimos satisfatórios, pois,

“a maior parte destas moradias corresponde a palafitas precárias, implantadas sobre espelhos d’água ou em áreas sujeitas a inundações. Muitas constituem construções de alvenaria, localizadas em talvegues secos de antigos igarapés ou em terrenos não alagadiços”. PNUMA / MMA (2002: 22).

Além das áreas de igarapés, ocorre paulatinamente a ocupação coletiva de terrenos públicos ou de particulares, situados mais distantes do centro da cidade, forçando a expansão urbana para as Zonas Norte e Leste⁸. Nas ocupações urbanas as condições de moradia assemelham-se às das áreas dos igarapés, com alguns aspectos que pioram essas condições.

A ocupação das áreas dos igarapés/canais e de terrenos públicos e de particulares passou a constituir-se na única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade. Essas áreas passam a ser espaços de reprodução da pobreza, abrigando os espaços de moradia das camadas pobres da população, estando à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana, constituindo a “cidade ilegal” (Maricato, 1995).

Os espaços de moradia da população pobre estão geralmente situados em áreas de risco, encostas íngremes, terras alagadas, onde convivem com doenças, inadequadas condições de habitabilidade e ausência de assistência por parte do poder público.

A gravidade do acesso à habitação em Manaus, se expressa na forma como surgiram seus bairros, pois segundo Tasso,

“... com exceção de quatro bairros (Cachoeirinha, Adrianópolis e as Primeiras Etapas do São José Operário e do Jorge Teixeira), dos conjuntos habitacionais e da área central da cidade, todos os demais nasceram de invasões.” (A Crítica, 2003: C3).

No ano de 2000, foram registrados em Manaus 26 aglomerados subnormais (favelas, invasões e assemelhados), segundo a denominação do IBGE, que são áreas com as características acima citadas. Nestes, havia 31.084 domicílios (Quadro 3).

Quadro 3 - Aglomerados Subnormais e Número de Domicílios - Manaus - 2000

| N.º | AGLOMERADO SUBNORMAL (FAVELAS E ASSEMELHADOS) | N.º DE DOMICÍLIOS | N.º | AGLOMERADO SUBNORMAL (FAVELAS E ASSEMELHADOS) | N.º DE DOMICÍLIOS |
|-----|--|----------------------|-----|--|----------------------|
| 1 | Alfredo Nascimento | 1.640 | 15 | Igarapé do Quarenta | 900 |
| 2 | Armando Mendes | 218 | 16 | Japiinlândia | 514 |
| 3 | Cidade de Deus | 3.371 | 17 | Jardim Tropical | 82 |
| 4 | Colônia Chico Mendes | 326 | 18 | João Paulo | 1.941 |
| 5 | Colônia Terra Nova | 651 | 19 | João Tomé | 464 |
| 6 | Distrito Industrial | 1.265 | 20 | Jorge Teixeira | 3.982 |
| 7 | Gilberto Mestrinho | 714 | 21 | Mauazinho II | 94 |
| 8 | Grande Vitória | 3.970 | 22 | Monte Bela Vista | 129 |
| 9 | Igarapé da Colônia Oliveira Machado | 1.092 | 23 | Nossa Senhora da Conceição | 313 |
| 10 | Igarapé de Manaus | 232 | 24 | Nossa Senhora de Fátima | 2.333 |
| 11 | Igarapé de Petrópolis | 414 | 25 | Nova Esperança | 248 |
| 12 | Igarapé de Petrópolis II | 767 | 26 | Nova Floresta | 2.966 |
| 13 | Igarapé de São Raimundo | 1.675 | | | |
| 14 | Igarapé do Crespo | 783 | - | Total | 31.084 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

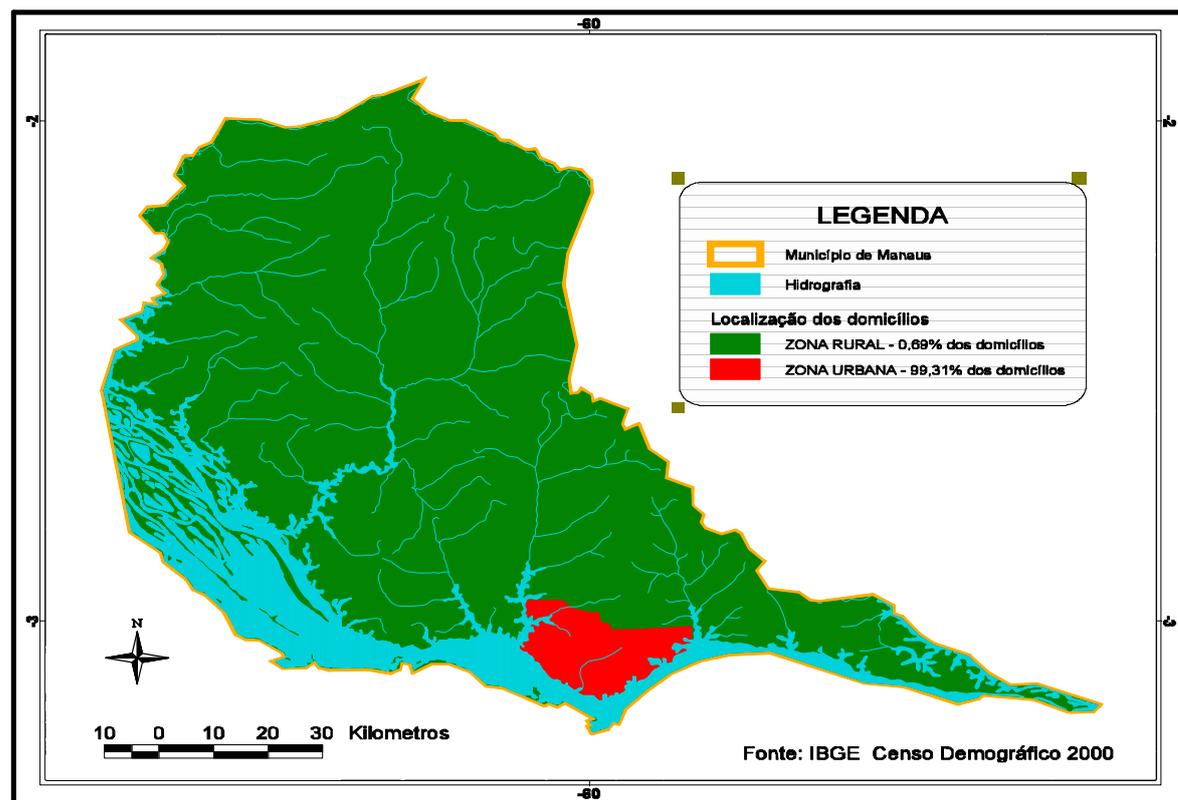
A Secretaria de Estado de Terras e Habitação – SETHAB registrou no ano 2003, 54 novas ocupações urbanas na cidade de Manaus, demonstrando a gravidade do problema e a necessidade urgente de políticas públicas comprometidas com o equacionamento da problemática habitacional.

Um outro aspecto importante é a ausência de legalização de propriedade dos terrenos. Mais de 80% dos terrenos existentes em Manaus não possuem documentação, e em alguns casos prevalece à existência de múltiplos domínios, pois há vários proprietários para apenas um terreno.

Essa situação vulnerabiliza ainda mais os moradores das áreas de ocupação, tornando insegura a permanência nessas áreas, estando sujeito a despejos e ao uso da violência por parte dos aparelhos repressivos estatais acionados pelos *proprietários* dos terrenos, que acionam o direito de propriedade consagrado na legislação brasileira.

No ano de 2000, segundo o Censo Demográfico, Manaus possui 329.889 domicílios, sendo que a maioria absoluta deles, ou seja, 99,31% localizam-se na área urbana e apenas 0,69% encontram-se situados na zona rural, conforme figura abaixo.

Figura 1 – Localização dos Domicílios em Manaus, Zona Urbana e Zona Rural



Os indicadores de **Habitação** e **Taxa de Urbanização**⁹ abaixo (Quadro 2), permitem caracterizar de forma mais ampla as condições de moradia dos habitantes da cidade de Manaus no início do século XXI.

Quadro 2 - Indicadores de Habitação e Urbanização do Brasil¹⁰, estado do Amazonas e município de Manaus - 2000

| Indicadores | Brasil | Amazonas | Manaus |
|----------------------------------|--------|----------|--------|
| N. ° de Habitantes por Domicílio | 3,73 | 4,84 | 4,26 |
| N. ° de Cômodos por Domicílio | 5,55 | 4,11 | 4,93 |
| Água Adequada % | 55,64 | 20,06 | 48,87 |
| Esgoto Adequado % | 62,19 | 47,00 | 69,28 |
| Lixo Adequado % | 79,01 | 64,75 | 90,69 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 2000.

Quanto às **condições de habitação**, no indicador Número de Habitantes por Domicílio Manaus apresenta melhor desempenho com relação ao Amazonas, 4,26 habitantes por

domicílio na capital, contra 4,84 no estado. Contudo, o mesmo não ocorre se esta comparação for feita com o país, pois a média brasileira é de 3,73 habitantes por domicílio.

No indicador Número de Cômodos por Domicílio, a mesma situação repete-se: Manaus tem uma média de cômodos por domicílio superior ao estado do Amazonas (4,93 X 4,11), mas inferior à média brasileira, que é de 5,55 cômodos em cada domicílio.

Segundo pesquisa do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Amazonas (*apud* Caritas, 2004), a falta de acesso à moradia em Manaus, gerou um déficit habitacional de 67% de unidades habitacionais, o que equivale à aproximadamente 50 mil novas habitações necessárias para suprir as demandas existentes na cidade.

É importante destacar que esse percentual englobou somente o aspecto da quantidade. No caso de ser acrescentado o aspecto da qualidade, das condições adequadas, o número de moradias necessárias para suprir a demanda por novas habitações em Manaus, eleva-se para um patamar ainda mais superior.

Para ampliar a avaliação da qualidade de vida dos habitantes da cidade de Manaus, será considerado o **acesso à urbanização**, ou seja, à infra-estrutura urbana adequada, como a água, a coleta de lixo, e ao saneamento básico. Nesse aspecto, parte-se do pressuposto que a moradia não pode ser vista nos seu sentido restrito, a casa propriamente dita, mas incluindo o seu entorno, *ou seja, sua condição de habitabilidade* (ABELÉM, 1997).

Assim, apesar do alardeado *ranking* das pesquisas que apontam Manaus como um dos melhores lugares para se viver no Brasil, no aspecto habitacional os dados revelam ausência de condições de habitabilidade, pois os dados do Censo 2000 indicam que apenas 48,87% dos domicílios pesquisados em Manaus possuem acesso à água adequada.

Considerando-se que para o IBGE o conceito de *água adequada* refere-se àquela que provem da rede geral, se for adicionado nesse indicador à qualidade da água servida nos domicílios de Manaus, tudo leva a crer que aumentaria o índice de inadequação da água na cidade.

Um outro aspecto a ser destacado, diz respeito à ausência de água canalizada na Zona Norte e Zona Leste da cidade, locais de moradia da classe trabalhadora. Nessas áreas (assim como em alguns bairros da cidade), predominam a utilização de poços artesianos para suprir a necessidade de água. Esses poços quem nem sempre são construídos de acordo com as normas sanitárias e ambientais, constituindo-se assim em mais um foco de disseminação de doenças de veiculação hídrica.

Especificamente na questão do acesso a água adequada, um aspecto salta aos olhos na cidade de Manaus, perceptível em todos os bairros da cidade: visando suprir essa necessidade básica,

inúmeras famílias formam filas em frente a biqueiras e poços situados em propriedades particulares e também instituições públicas, munidas de vasilhames dos mais diferentes tipos e tamanhos, para coletar o precioso líquido e saciar a sede (Foto 1)

A falta de acesso à água adequada é mais uma questão que representa o contraste da modernidade existente na cidade, usufruída por uma pequena maioria, quando a maioria não possui sequer o básico para a garantia de sua condição de vida. Além disso, o indicador de água em condições adequadas aponta obstáculos que inviabilizam o acesso por parte da população, aos recursos naturais existentes, neste caso, às abundantes fontes de água, no qual a região é privilegiada.

Foto 1 – Coleta alternativa de Água - Manaus – 2005



Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Manaus, 2005.

No tocante ao acesso ao esgotamento sanitário adequado, Manaus possui 69,28% dos domicílios cobertos por esse tipo de serviço. É considerado esgoto adequado aquele domicílios cujos aparelhos sanitários estivessem ligados a uma rede geral de esgoto sanitário ou possuíssem uma fossa séptica ligada à rede pluvial (IBGE, 2003).

Apesar de parecer uma situação favorável quanto ao acesso ao saneamento na cidade, estudo do PNUMA/MMA (2002), afirma que o problema ambiental mais grave de Manaus é o *lançamento in natura da maior parte dos esgotos domiciliares de Manaus nos corpos d'água da cidade* (p. 22).

O documento identificou que a precariedade da situação pode ser avaliada pelo fato da empresa privada que assumiu os serviços de água e esgoto na cidade – depois da privatização dos serviços de água e esgoto em Manaus -, não dispor de cadastro completo sobre o sistema de esgoto existente.

Assim, em 2001, estavam cadastradas 8.5000 ligações, com atendimento a 11.000 economias. Pelos dados oficiais, 15% da população é atendida, fato que é contestado no âmbito da Prefeitura Municipal, que assim explicita a controvérsia sobre o atendimento de esgotamento sanitário em Manaus:

“Porém, muitos técnicos da Administração Municipal consideram este índice superestimado. De fato, é possível estabelecer-se uma comparação deste índice oficial com os dados do Censo/2000. Foram cadastrados pelo IBGE cerca de 350.000 domicílios urbanos em Manaus. Se apenas 11.000 [economias] (que também incluem unidades não domiciliares) estão atendidas, o índice não excederia a 3% do total” (PNUMA/MMA, 2002: p. 22, grifo nosso).

Esse dado coloca em evidência a inoperância e, mesmo, a ausência de políticas nesse setor e mais uma vez, a dimensão que assume esta problemática na cidade, principalmente nas áreas dos igarapés habitados e nas áreas de “invasões”.

Um outro elemento que compõe o saneamento básico é a coleta de *lixo adequada*, ou seja, aquela que é feita por serviço de limpeza pública. Nesse aspecto, 90, 69% dos domicílios possuem esse tipo de serviço em Manaus.

Contudo, nos casos de inexistência de coleta pública de lixo, os moradores utilizam formas alternativas para livrar-se do lixo doméstico produzido, como queimar enterrar, jogar na rua ou no rio, e outras, que se constituem em perigo para a saúde, por transformarem-se em focos

de disseminação de insetos, roedores, vetores de todos os tipos de doença (leptospirose, diarreias, dentre outras). Merece também atenção o fato dos rios e cursos d'água da cidade serem potenciais depósitos de lixo, constituindo-se em perigo de poluição ambiental, conforme identificou a PNUMA/MMA (2002). (2002): *“O lançamento indiscriminado de lixo e toda a sorte de detritos nos corpos d'água constitui-se outro problema ambiental grave (p. 22)”*.

Vistos em conjunto (água, esgoto e coleta de lixo), identifica-se a ausência de condições de habitabilidade da população de Manaus, devido à precariedade, inoperância e mesmo baixa cobertura da rede de infra-estrutura urbana necessária para a qualidade de vida na cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pôde constatar, ao examinar os Indicadores Sociais de Habitação e Urbanização, tomando-os por referência e aprofundando-os, é que os processos de exclusão social existentes na cidade tornaram-se mais explícitos.

Nesse sentido, os dados apontam uma desigual distribuição desigual das riquezas produzidas na cidade. Essa desigualdade se expressa principalmente nas condições de moradia dos distintos grupos e classes sociais existentes na cidade, pois regida sob a lógica do capital, a cidade inclui/exclui seus habitantes do acesso à bens e serviços urbanos.

A ausência do acesso à habitação em Manaus, compromete a garantia de um direito social fundamental: O DIREITO À MORADIA. A exclusão do direito à moradia empurra a população para a busca de alternativas precárias, e desprovidas de condições adequadas para uma vida digna, ampliando ainda mais a pobreza e a desigualdade social existente na capital do Amazonas.

Somados, os indicadores de habitação e urbanização permitem compreender que em Manaus – cidade que é referência nacional em progresso econômico – as riquezas produzidas não são distribuídas de forma equitativa, de forma a permitir o acesso à habitação e às condições de habitabilidade para todas as camadas da população.

Neste aspecto, convivem em Manaus a riqueza e pobreza urbana, formando um cenário cuja característica que marca a capital do Amazonas é aquela cuja síntese combina modernização, urbanização e desigualdade social.

6. BIBLIOGRAFIA

ABELÉM, Aurilea Gomes. “Carências Habitacionais na Amazônia” In Caderno de Estudos Sociais: A sociodemografia na Amazônia (2ª Parte). Recife, Cadernos de Estudos Sociais, Volume 13, N.º 1, 1997.

_____. Amazônia: Ocupação e Reorganização do Espaço Urbano. Belém, FASE/PPU (Contribuição à Campanha da Fraternidade), S/D.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, n.º. 12, 2004.

_____. Censo Demográfico 2000. Banco de Dados SIDRA. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado durante o mês de novembro / 04.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Registros de Atendimentos. SETRACI/DETRAB/ Sistema Nacional de Emprego – SINE /AM, Novembro/2004.

Histórico da ZFM. Disponível em http://www.suframa.gov.br/mzfm_historia.cfm. Acesso em 09 de fevereiro de 2005.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

PNUMA / MMA. Relatório Urbano Ambiental Integrado. Informe Geo – Manaus. Manaus, Projeto GEO-Cidades, 2002 (versão eletrônica). Disponível em <http://www.pmm.am.gov.br/>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem Urbanidade: Um cenário de incertezas In **Urbanidade e Vida Metropolitana**. Rio de Janeiro: JOBRAN, 1996.

SANTOS, Carlos Augusto dos; BRASIL, Marília C.; MOURA, Helio A. Persona Non Gratae? “A imigração indocumentada no Estado do Amazonas”. In **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasil: CNPD, 2001.

SCHERER, Elenise. Zona Franca de Manaus: Riqueza e Pobreza Urbana In “**Assistência aos Desassistidos Manauaras**”. São Paulo, PUC (Dissertação de Mestrado), 1989.

SOUSA, Norma Maria Bentes de. Participação Popular: Reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1998.

¹ “Dentro da rede de cidades brasileiras, Manaus comparece como o 12º maior centro urbano, sendo considerada uma metrópole regional apesar de não constituir uma aglomeração conurbada, como as demais 11 metrópoles” (PNUMA / MMA, 2002: 21).

² Outros fatores concorrem para Manaus ser considerada uma cidade-estado. A super concentração de indústrias na capital amazonense, acima de 90%, e demais atividades econômicas, possibilitam-lhe essa condição.

³ Cabe registrar que o fato das atividades e benefícios econômicos propiciados pelo modelo ZFM concentrarem-se na capital do Amazonas, demonstra o fracasso de sua proposta inicial, que era de ampliá-los para o interior do Amazonas e demais Estados que compõem a Amazônia Ocidental.

⁴ No tocante à migração estrangeira, o pequeno contingente populacional apresentado no Censo Demográfico 2000 necessita de algumas considerações, uma vez que esse grupo, quando está em situação de clandestinidade, tende a evitar prestar informações, pelo perigo sempre presente de deportação (SANTOS, BRASIL e MOURA, 2001).

⁵ Informação obtida junto aos técnicos da Casa do Migrante Jacamim. Embora uma pequena parte dos migrantes atendidos por essa instituição venha para ficar definitivamente em Manaus.

⁶ A infra-estrutura urbana existente em Manaus foi herdada em parte da áurea época da borracha, com poucas alterações, ainda que tenham acontecido iniciativas para dotar a cidade de condições para receber as fábricas de grupos nacionais e internacionais que vieram instalar-se na cidade, como Philips, Gradiente, Philco, CCE, dentre outras.

⁷ Convém destacar, porém, que a ocupação das margens dos igarapés e canais existentes em Manaus ocorreu ainda na década de 20, momento em que a cidade atravessa um período de refluxo econômico, ocasionado pela crise da venda da borracha no mercado internacional. Sobre o assunto, o PNUMA / MMA (2002), assim posiciona-se: “*O processo de esvaziamento da economia levou à concentração de uma massa de desempregados às margens dos igarapés que tangenciam o porto e o mercado, áreas que foram desprezadas pelos habitantes de alta renda. A saturação de áreas disponíveis ao assentamento residencial na periferia do núcleo urbano levou à construção de casas-palafitas, junto às margens dos cursos d’água*” (p. 28).

⁸ Cabe ressaltar que, em meio à luta coletiva deflagrada pela população pobre para garantir o acesso à terra urbana, existe a denominada “indústria da invasão”. Esta envolve uma complexa rede de relações que inclui desde políticos populistas, proprietários de terras, empresários da construção civil, líderes de invasão, e grupos que usam a terra para a especulação. Nesse processo, os agentes envolvidos na “indústria da invasão” buscam obter vantagens pessoais, políticas e financeiras. Nesse sentido, estimulam a “invasão de terras”, para atingir seus objetivos, longe de ser a garantia de moradia para a população de baixo poder aquisitivo.

⁹ Esta metodologia de construção de indicadores sociais é baseada nas formulações do Instituto Polis *apud* Sousa, (1998).

¹⁰ **Água Adequada:** domicílios que estavam servidos por água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos. Obs.: foram incluídos os domicílios atendidos por rede geral canalizada só na propriedade ou terreno. **Coleta de lixo Adequada:** domicílios que tinham lixo coletado diretamente por empresa pública ou particular, ou indiretamente, quando depositado numa caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por empresa pública ou particular. **Esgotamento Sanitário Adequado:** domicílios cujos aparelhos sanitários estivessem ligados a uma rede geral de esgoto sanitário ou possuíssem uma fossa séptica ligada à rede pluvial (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2003).